

Curucaca Geradora S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Palhano Square Garden
Av. Ayrton Senna da Silva, 1055 - 2º andar - Salas 201 e 202
Caixa Postal 2081 - CEP: 86050-460 - Londrina/PR - Brasil
Telefone +55 (43) 3301-4250
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Curucaca Geradora S.A.**
Guarapuava - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Curucaca Geradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Curucaca Geradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

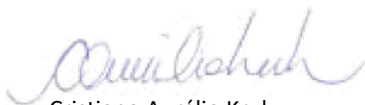
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Curucaca Geradora S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	285	256	Fornecedores	10	489	488
Contas a receber		58	58	Empréstimos e financiamentos	11	2.161	2.161
Tributos a recuperar		31	31	Adiantamento de partes relacionadas	15	15	219
Adiantamento a fornecedores		30	31	Salários e encargos sociais		154	136
Contas a receber de partes relacionadas	15	1.927	1.792	Tributos a pagar		1	4
Outros ativos		176	120	Outros passivos		3	1
Total do circulante		2.507	2.288	Total do circulante		2.823	3.009
Não circulante				Não circulante			
Outros ativos			-	Empréstimos e financiamentos	11	14.983	17.144
Imobilizado	9	148.362	152.666	Adiantamento para futuro aumento de capital	14	540	2.581
Intangível		4	4	Uso do bem público	12	3	3
Total do não circulante		148.366	152.670	Total do não circulante		15.526	19.728
Total do ativo		150.873	154.958	Patrimônio líquido	16		
				Capital social		144.357	139.736
				Reserva de capital		9.669	9.669
				Prejuízos acumulados		(21.502)	(17.184)
				Total do patrimônio líquido		132.524	132.221
				Total do passivo e patrimônio líquido		150.873	154.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Curucaca Geradora S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(4.309)	(4.275)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>-</u>	<u>42</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		<u>(4.309)</u>	<u>(4.233)</u>
Receitas financeiras		2	1
Despesas financeiras		<u>(11)</u>	<u>(71)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(9)</u>	<u>(70)</u>
Resultado do exercício		<u>(4.318)</u>	<u>(4.303)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Curucaca Geradora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(4.318)</u>	<u>(4.303)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(4.318)</u></u>	<u><u>(4.303)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Curucaca Geradora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar			
Saldo em 01 de janeiro de 2020		159.618	(19.882)	9.669	(12.881)	136.524
Resultado do exercício		-	-	-	(4.303)	(4.303)
Em 31 de dezembro de 2021		<u>159.618</u>	<u>(19.882)</u>	<u>9.669</u>	<u>(17.184)</u>	<u>132.221</u>
Resultado do exercício		-	-	-	(4.318)	(4.318)
Integralização de capital	16 (a)	-	3.781	-	-	3.781
Aumento de capital	16 (a)	840	-	-	-	840
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>160.458</u>	<u>(16.101)</u>	<u>9.669</u>	<u>(21.502)</u>	<u>132.524</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Curucaca Geradora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(4.318)	(4.303)
Ajustes para			
Depreciação e amortização	9	4.318	4.303
Resultado de baixas de ativo imobilizado	9	3	50
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11(d)	2.093	2.093
		<u>2.096</u>	<u>2.143</u>
Variações em:			
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de partes relacionadas		(135)	(1.605)
Adiantamento a fornecedores		1	(2)
Tributos a recuperar		1	(1)
Outros ativos		(56)	36
Contas a receber de clientes			(58)
Fornecedores		1	21
Salários e encargos sociais		18	11
Tributos a pagar		(3)	(4)
Adiantamento de partes relacionadas		(204)	102
Outros passivos		1	2
		<u>1.720</u>	<u>645</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Juros pagos	11(d)	(2.093)	(510)
		<u>(373)</u>	<u>135</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(17)	(251)
		<u>(17)</u>	<u>(251)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recurso proveniente de adiantamento para futuro aumento de capital	14	2.580	2.161
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11(d)	(2.161)	(2.161)
		<u>419</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>29</u>	<u>(116)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		<u>256</u>	<u>372</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>285</u>	<u>256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Curucaca Geradora S.A. (“Curucaca” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarapuava, Estado do Paraná, que tem por objeto a produção de energia elétrica para atendimento de seus acionistas ou eventual comercialização a terceiros, com autorização do poder público competente, podendo ainda, a critério dos acionistas, participar em outras sociedades como acionista ou quotista ou detectadora de participações societárias a qualquer título.

A Companhia foi constituída por seus acionistas com o objetivo de construção, e subsequente exploração comercial, da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto do Curucaca.

A UHE Salto do Curucaca está localizada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Candió e Guarapuava, estado do Paraná, e possui potência de 37,042 MW (não auditado) e montante de garantia física de energia (energia assegurada) de 22,02 MW médios (não auditados) conforme estabelece a Portaria n.º 330, de 6 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, com autorização para operar outorgada pela ANEEL através da resolução n.º 642, de 3 de dezembro de 2013, e da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 2.803, de 1 de março de 2011.

a. Constituição do consórcio UHE Salto Curucaca

Em 30 de setembro de 2015, a Curucaca, que é a titular para exploração e ampliação da usina hidrelétrica (“UHE”) denominada UHE Salto do Curucaca, e suas acionistas, Cooperativa Agrária Agroindustrial (“Agrária”) e Santa Maria Cia de Papel e Celulose (“Santa Maria”), firmaram o contrato de constituição do Consórcio UHE Salto Curucaca (“Consórcio”), onde as operações de tal Consórcio seriam partilhadas nas seguintes proporções: 59,94% para Santa Maria, 39,96% para a Agrária e 0,1% para a Curucaca.

O Consórcio foi constituído para possibilitar a atuação da Santa Maria e da Agrária no regime de autoprodução, uma vez que todos os ativos da UHE Salto Curucaca, pertencentes à Curucaca, são utilizados, substancialmente, para a produção de energia destinada ao consumo direto de suas acionistas, Santa Maria e Agrária.

Em 6 de setembro de 2016, a Resolução Autorizativa n.º 6.021, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), transferiu da Curucaca para a Santa Maria e para a Agrária parte da outorga da UHE Salto Curucaca de acordo com os percentuais de participação de cada consorciada, conforme definido no contrato de constituição do Consórcio. Na mesma resolução, houve a alteração do regime de exploração da UHE Salto Curucaca para autoprodução de energia elétrica.

O consórcio não tem personalidade jurídica própria. As operações do Consórcio são realizadas de forma complementar às atividades de suas consorciadas. O volume de operações do Consórcio, o cumprimento das obrigações financeiras e sua continuidade estão diretamente associados às decisões da Administração e de suas consorciadas conforme acordo de consorciados celebrado entre as partes.

b. Operação em conjunto (*joint operation*)

Conforme nota explicativa 16, atualmente a composição acionária da Curucaca Geradora S.A. é formada pelas entidades Santa Maria Cia de Papel e Celulose e Cooperativa Agrária Agroindustrial. Em virtude do acordo de acionistas celebrado entre Santa Maria e Agrária, o controle sobre a Curucaca Geradora S.A, é compartilhado entre as acionistas e, portanto, todas as decisões estratégicas são tomadas em conjunto e devem ser aprovadas por unanimidade entre os acionistas.

Por ocasião do acordo de acionistas e a celebração do referido Consórcio mencionado, a Administração observou que as operações da Companhia possuem características de operações em conjunto (*joint operations*), nos termos do CPC 19 (R2) visto que:

- Existe obrigação das partes de adquirir toda a produção de energia elétrica gerada, refletindo a dependência exclusiva do negócio em conjunto em relação as partes para a geração de fluxos de caixa e, assim, as partes têm obrigação de financiar a liquidação de seus passivos; e
- O fato de que as partes têm direitos sobre, substancialmente, a totalidade da produção significa que as partes estão consumindo e, portanto, têm direitos sobre todos os benefícios econômicos dos ativos do negócio em conjunto.

Dessa forma, a Curucaca Geradora S.A. ao enquadrar-se como uma operação em conjunto (*joint operation*), conforme CPC 19 (R2), faz com que Santa Maria e Agrária tenham participação sobre os ativos da Curucaca (que tem personalidade jurídica própria) na proporção determinada. Assim como, todas as receitas geradas pela Companhia e despesas necessárias para seu funcionamento passem a ser devidamente partilhadas entre as acionistas e/ou reembolsadas à Companhia, por isso a Curucaca possui apenas o reflexo das despesas de depreciação em seu resultado.

O reflexo das despesas com depreciação

A Curucaca Geradora S.A, em cumprimento aos pronunciamentos contábeis aplicáveis, mantém substancialmente o reflexo das despesas com depreciação em seu resultado contábil, de modo a evidenciar o desgaste natural dos bens imobilizados e por consequência, a redução no seu patrimônio ao longo do tempo.

Nos termos do CPC 19 (R2), o reconhecimento das despesas com depreciação já é realizado em cada um dos acionistas, na proporção determinada, de modo que seus efeitos fiscais e societários estão devidamente refletidos em suas demonstrações individuais dos acionistas. Desta forma, as despesas com depreciação não são consideradas fiscalmente na apuração do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) da Companhia, e nem em termos de apuração de reflexos societários.

Estrutura de financiamento

De acordo com o Instrumento Particular de Contrato de 30 de abril de 2015, celebrado entre os acionistas, o pagamento dos financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2022, será realizado exclusivamente pela acionista Santa Maria Cia de Papel e Celulose, mesmo tendo sido contratados em nome da Curucaca Geradora S.A.

c. Mecanismo de realocação de energia

A Santa Maria Companhia de Papel e Celulose, juntamente com a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Curucaca Geradora S.A, constituem o Consórcio que detém a outorga da UHE Salto Curucaca, objeto da Resolução nº 642, de 3 de dezembro de 2003, da Resolução ANEEL nº 2.803, de 1º de março de 2011, e da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.021 de 06 de setembro de 2016, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.028994-9.01, com 37.042 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Candói e Guarapuava, Estado do Paraná.

Mesmo a UHE Salto Curucaca tendo potência instalada de 37.042 kW, sua energia assegurada (garantia física) foi calculada e determinada via portaria nº 330 de 06 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, para o montante de 22.020 kW. Ou seja, este montante médio foi determinado considerando a oscilação da vazão do Rio Jordão, sendo que em alguns momentos o rio possibilita gerar mais energia e em outros menos, mas para efeito de cálculo de previsão utiliza-se a média de 22.020 kW.

A garantia física determina a quantidade de energia que os equipamentos de geração conseguem suprir dado um critério de suprimento definido. Ela é uma métrica importante para a adequabilidade da oferta do sistema e é utilizada para dois fins fundamentais no Brasil: a garantia física define a quantidade máxima de energia que um empreendimento pode comercializar e, no caso das hidrelétricas, define sua cota de participação no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

A energia assegurada pela garantia física é regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 2.655, de 2 de julho de 1998, que estabelece em seu art. 21, a necessidade de que cada usina hidrelétrica tenha um montante de energia assegurada, hoje definido como a Garantia Física, que será utilizado como referência para a contratação de energia e deverá ser revisto a cada cinco anos.

A partir do momento que a Usina Hidrelétrica participa do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ela também passa a participar do Risco Hidrológico do Brasil (GSF, é a sigla para o termo em inglês “*Generation Scaling Factor*”), e este é rateado para todos os geradores do mecanismo no percentual que é calculado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e apropriado ao mecanismo de cobrança mensal da liquidação de curto prazo.

No ano de 2017 o Consórcio, composto pela Santa Maria, Agrária e Curucaca, buscou proteger-se desta insegurança e ingressou com ação judicial que garantiu uma liminar que limitava a participação no Risco Hidrológico (GSF) em no máximo 5%, ou seja, as consorciadas da UHE Salto Curucaca poderiam utilizar e/ou vender 95% das suas energias asseguradas.

De outubro de 2017 até setembro de 2021, as consorciadas vinham participando do risco hidrológico do Brasil (GSF) limitado à 5%. A diferença percentual mensal para o Risco Hidrológico real foi sendo controlado e contabilizado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Com o objetivo de “destravar” o mercado de compensação de energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), emitiu em 1º de dezembro de 2020 a Resolução Normativa nº. 895 de 2020, que estabeleceu a metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE,

nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, e determinou à CCEE que realizasse o cálculo dos valores de cobrança retroativa a diferença do Risco Hidrológico (GSF), vinculando estes valores à uma compensação através da extensão do prazo de outorga aos titulares das usinas hidrelétricas.

A diferença dos valores apurados pela CCEE na parcela correspondente a Companhia, totalizaram R\$ 63, contabilizados como despesas financeiras.

Para finalizar esse processo, as consorciadas da UHE Salto Curucaca aceitaram as condições a ANEEL e assinaram, em 08 de outubro de 2021, o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga, de desistência e de renúncia ao direito de discutir a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE.

Por conta disso, o prazo de outorga da UHE Salto Curucaca teve o cálculo de compensação realizado pela CCEE, concedendo inicialmente 256 dias a mais no prazo de outorga, passando de 4 de dezembro de 2033, tendo por base a Resolução nº. 642, de 3 de dezembro de 2003, para 17 de agosto de 2034, a seguir demonstrado:

Empreendimento	CEG	Ato de Outorga	Potência Instalada (kW)	Extensão do Prazo (dias)	Nova Vigência
SALTO CURUCACA	UHE.PH.PR.028994-9.01	Resolução Autorizativa n.º 642, de 03/12/2003	37.042	256	17/08/2034

A extensão de prazo será, no entanto, recalculada pela CCEE de forma a considerar o termo final da outorga ajustada em consonância ao §12, do art. 26, da Lei n.º 9.427, de 1996, considerando a data atualizada e vigente de vencimento da outorga (já com o deslocamento), em atendimento ao disposto no §3.º, do art. 6.º, da Resolução n.º 895, de 2020, que prevê que o montante financeiro da compensação por GSF deve considerar a data de fim da outorga vigente.

d. Deslocamento da outorga

Para os empreendimentos de potenciais hidrelétricos, pela normatização regulatória, as outorgas tem prazo de aproveitamento pelos geradores de até 30 anos, conforme dispões o art. 26, da Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, alterada pela Lei n.º 14.120, de 2021.

Com base nesses termos legais, foi protocolado pedido de enquadramento na ANEEL com o requerimento de que a UHE Salto Curucaca preenche os requisitos da Lei n.º 14.120, de 2021, tendo em vista que: (i) possui outorga de 30 (trinta) anos; (ii) estava em operação em 1.º de setembro de 2020, uma vez que entrou em operação comercial em 29 de julho de 2016, conforme despachos n.º 2.036 e n.º 2.339; e (iii) não sofreu nenhuma penalidade referente à descumprimento do cronograma de implantação.

Em 10 de junho de 2022, a ANEEL emitiu nota técnica n.º 460/2022-SCG, recomendando deferir o pleito, passando a referida outorga a vigorar por 30 (trinta) anos a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, contando o prazo de outorga de 29/07/2016 a 29/07/2046. Após pautado e julgado favoravelmente à Curucaca o processo de enquadramento pela Diretoria Colegiada da ANEEL, foi publicada no DOU em 01.08.2022, a Resolução

Autorizativa n.º 12.318, de 26 de julho de 2022, concedendo o novo prazo de outorga até 29/07/2046, a seguir evidenciado:

48500.005381/2001-17	UHE Salto Curucaca	Curucaca Geradora S.A. CNPJ 14.657.364/0001-53 Santa Maria Cia. de Papel e Celulose Cooperativa Agrária Agroindustrial	UHE.PH.PR.028994-9.01	37.042	RES. n.º 642, de 03/12/2003	29/07/2016	29/07/2046
----------------------	--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	--------	-----------------------------	------------	------------

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e

premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- Determinação da vida útil, valor residual e análise de *impairment* dos ativos imobilizados, que constam da nota explicativa 9.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa, bancos e outros investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelos empregados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando existente, compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em função das características da Companhia, cujos ativos são utilizados de maneira conjunta com as demais consorciadas (*joint operation*), conforme descrito na nota explicativa 1, não foram constituídos impostos diferidos ativos visto que a Companhia não possui projeções de lucros tributáveis futuros que possam suportar a compensação de tais ativos fiscais em um prazo de tempo razoável.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As taxas utilizadas para a depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa n.º 674, de 2015, emitida pela ANEEL.

f. Ativos intangíveis

(i) Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(ii) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecidos no contrato. O registro inicial desse passivo e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização desse intangível é calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzidos pelos pagamentos contratados.

g. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Atualmente, a Companhia possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

h. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

i. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitadas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	<u>285</u>	<u>256</u>
	<u>285</u>	<u>256</u>

9 Imobilizado

a. Composição e movimentação dos saldos

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>22.767</u>	<u>77.855</u>	<u>55.490</u>	<u>642</u>	<u>13</u>	<u>156.767</u>
Aquisições	-	-	-	250	1	251
Alienações, líquidas de depreciação	-	-	-	(50)	-	(50)
Transferências entre contas patrimoniais	-	840	-	(842)	2	-
Depreciação	-	(2.120)	(2.180)	-	(2)	(4.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>22.767</u>	<u>76.575</u>	<u>53.310</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>152.666</u>
Custo, líquido	22.767	84.980	62.026	-	21	169.794
Depreciação acumulada	-	(8.405)	(8.716)	-	(7)	(17.128)
Valor contábil	<u>22.767</u>	<u>76.575</u>	<u>53.310</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>152.666</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>22.767</u>	<u>76.575</u>	<u>53.310</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>152.666</u>
Aquisições	-	-	3	-	14	17
Alienações, líquidas de depreciação	-	-	-	-	(3)	(3)
Depreciação	-	(2.137)	(2.180)	-	(1)	(4.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>22.767</u>	<u>74.438</u>	<u>51.133</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>148.362</u>
Custo, líquido	22.767	84.980	62.029	-	32	169.808
Depreciação acumulada	-	(10.542)	(10.896)	-	(8)	(21.446)
Valor contábil	<u>22.767</u>	<u>74.438</u>	<u>51.133</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>148.362</u>
Taxas anuais médias de depreciação %	-	2,50	3,51	-	6,25	-

Valor recuperável (*impairment*) e revisão das vidas úteis do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis.

10 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	489	480
Outros	-	8
	<u>489</u>	<u>488</u>

11 Empréstimos e financiamentos

a. Composição dos saldos

	2022	2021
Em moeda nacional		
Circulante		
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame PSI* (i)	743	743
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame (ii)	1.418	1.418
	<u>2.161</u>	<u>2.161</u>
Não circulante		
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame PSI* (i)	806	1.549
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame (ii)	14.177	15.595
	<u>14.983</u>	<u>17.144</u>
	<u>17.144</u>	<u>19.305</u>

- (i) A Cédula de Crédito Bancário, no valor R\$ 3.272, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Companhia foi assinada em 12 de janeiro de 2015, com carência de 24 meses, tendo como encargos: juros de 6% a.a.
- (ii) A escritura pública de contrato de abertura de crédito, no valor de R\$ 20.000, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Companhia foi assinada em 11 de dezembro de 2015, com carência de 24 meses, tendo como encargos: juros de 6,5% a.a. mais correção monetária pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esses créditos tiveram como finalidade a expansão da geração de energia elétrica da usina Salto Curucaca, localizada em Guarapuava/PR, passando de 7,342 MW (não auditado) para 37,042 MW (não auditado) de capacidade instalada.

De acordo com o Instrumento Particular de Contrato entre os acionistas, datado de 30 de setembro de 2015, foi estabelecido que a responsabilidade pelo pagamento dos financiamentos será exclusivamente da acionista Santa Maria Cia de Papel e Celulose e se dará através da integralização de capital por parte desse sócio, conforme detalhado na nota 14.

b. Cláusulas restritivas (covenants)

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, não possuem nesta data contrato contendo cláusulas restritivas financeiras (covenants).

c. Composição por ano de vencimento

O cronograma financeiro de liquidação das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrado a seguir:

Mapa de liquidação	2022	2021
2023	-	2.161
2024	2.161	2.161
2025	2.161	2.161
2026	2.161	10.661
2027 acima	8.500	-
	14.983	17.144

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa com empréstimos e financiamento decorrentes de atividades de financiamento

Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.883
Encargos financeiros sobre financiamentos	3.675
Amortização de principal	(2.161)
Amortização de juros	(2.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.305
Encargos financeiros sobre financiamentos	2.093
Amortização de principal	(2.161)
Amortização de juros	(2.093)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.144

e. Garantias

A Companhia ofereceu garantias reais de hipoteca, penhor de ações, penhor de direitos e fiança pelos fiadores, a saber: Santa Maria Cia de Papel e Celulose e Cooperativa Agrária Agroindustrial.

12 Uso do bem público

Conforme estabelecido na Resolução Autorizativa nº 2.803, de 1 de março de 2011, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como pagamento pelo uso do bem público objeto da autorização, a Companhia recolherá à União, a partir da publicação da referida Resolução, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 241, até o final da outorga, proporcional à participação de cada uma das consorciadas.

O valor do pagamento pelo uso do bem público estabelecido nessa Resolução será alterado anualmente, utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 4.087 referente ao Uso do Bem Público classificados no Ativo Intangível e sua contrapartida no Passivo, foram transferidos

proporcionalmente para os participantes do consórcio. A Companhia apresenta o valor de R\$ 3 contabilizado no passivo de longo prazo, referente a sua participação no Uso do Bem Público do consórcio.

13 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a possibilidade de ocorrência de qualquer desembolso de caixa.

Adicionalmente, não há processos cuja probabilidade de perda seja classificada como possível, pelos assessores jurídicos externos, para o período mencionado acima.

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Santa Maria Cia de Papel e Celulose e a Cooperativa Agrária Agroindustrial acordaram fazer aportes aos investimentos de conclusão das obras de construção da UHE da Companhia e em outros ativos, sendo realizados adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

A seguir a composição e movimentação dos valores de AFAC:

	Santa Maria Cia de Papel e Celulose	Cooperativa Agrária Agro industrial	Total
Em 31 de dezembro de 2020	252	168	420
Recebimento de AFAC (i)	2.161	-	2.161
Em 31 de dezembro de 2021	2.413	168	2.581
Recebimento de AFAC (ii)	2.412	168	2.580
Aumento de capital (ii)	(504)	(336)	(840)
Integralização de capital (ii)	(3.781)	-	(3.781)
Em 31 de dezembro de 2022	540	-	540

- (i) Em 2021, foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital pela acionista Santa Maria no valor de R\$ 2.161 referente parcela de empréstimos e financiamentos junto ao BRDE (nota explicativa 11(a)). Este valor foi integralizado em 2022. A acionista Agrária não realizou adiantamentos para futuro aumento de capital em 2021.
- (ii) Em 2022, foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital pela acionista Santa Maria no valor de R\$ 2.161 referente parcela de empréstimos e financiamentos e R\$ 251 referente aquisição de imobilizado, totalizando R\$ 2.412. Do total de AFAC da acionista Santa Maria, foram integralizados R\$ 3.781 de adiantamentos decorrente da liquidação das parcelas do contrato de financiamento junto ao BRDE (nota explicativa 11(a)) e R\$ 504 referente a aquisição de imobilizado. Adicionalmente, a acionista Agrária realizou adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 168, totalizando um montante de R\$ 336, sendo totalmente integralizado em 2022.

15 Partes relacionadas

a. Valores a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa 1 – Contexto operacional, os custos e as despesas de implantação e de manutenção incorridas são reembolsados integralmente pelas acionistas. Dessa forma em 31

de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 1.927 (R\$ 1.792 em 2021), registrado no ativo circulante, refere-se a R\$ 1.789 a receber da Santa Maria Cia de Papel e Celulose e R\$ 138 da Cooperativa Agrária.

b. Adiantamentos de partes relacionadas

Refere-se ao montante de R\$ 15 (R\$ 219 em 2021) adiantado pela Santa Maria Cia de Papel e Celulose em dezembro de 2022 para cobertura dos gastos incorridos no período.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui os diretores, por serviços prestados durante o exercício de 2022 e 2021.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é dividido em 160.458.290 (em 2021, 159.618.220) ações ordinárias sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	Ações		
	2022	2021	%
Santa Maria Cia de Papel e Celulose	96.274.974	95.770.932	60,00%
Cooperativa Agrária Agroindustrial	64.183.316	63.847.288	40,00%
	160.458.290	159.618.220	100%

A seguir a movimentação no capital social:

Capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020	139.736
Capital subscrito	159.618
Capital a integralizar (i)	(19.882)
Capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021	139.736
Integralização de capital através de AFAC – vide nota explicativa 14	3.781
Aumento de capital através de AFAC – vide nota explicativa 14	840
Capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022	144.357
Capital subscrito	160.458
Capital a integralizar (i)	(16.101)
Capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022	144.357

- (i) O saldo de capital a integralizar refere-se a valores a serem aportados pela Santa Maria Cia. de Papel e Celulose na Companhia mediante pagamento de principal e juros dos financiamentos tomados pela Companhia, conforme cronograma de amortização do referido financiamento, em cumprimento parcial ao compromisso de integralização ajustado em 31 de dezembro de 2014, por ocasião da 4ª Assembleia Geral Extraordinária.

b. Reserva de capital

A Companhia constitui reserva de capital para futura integralização de capital social no valor de R\$ 9.669 referente às despesas incorridas na reconstrução da UHE Salto Curucaca.

c. Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, deverão ser distribuídos 25% do lucro como dividendos mínimos, após a compensação de prejuízos acumulados. Em 2022 e 2021 não houve distribuição de lucro.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

17 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e benefícios a empregados	759	674
Serviços de assessoria, auditoria e manutenção	376	637
Despesas de conexão e uso do sistema	1.905	1.634
Viagens e estadias	4	2
Materiais de manutenção de equipamentos de informática	39	17
Brindes e presentes	1	9
Veículos	85	78
Depreciação e amortização	4.319	4.303
Recuperação de despesas (i)	(3.550)	(3.301)
Outras despesas	371	222
	4.309	4.275

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 1 (contexto operacional), todas as despesas necessárias para o funcionamento da UHE Salto Curucaca são devidamente partilhadas e reembolsadas pelas consorciadas à Companhia (*joint operation*); por isto, contabilmente, a Curucaca possui substancialmente apenas o reflexo das despesas com depreciação em seu resultado.

18 Instrumentos financeiros por categoria

a. Classificação

A seguir são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2022	2021
Ativos			
Ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	285	256
Valores a receber de partes relacionadas	15	1.927	1.792
Adiantamentos a fornecedores		30	31
		2.242	2.079
Passivos			
Ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	11	17.144	19.305
Fornecedores	10	489	488
		17.633	19.793

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e,
- Risco de liquidez

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalente de caixa

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de reconhecida liquidez e classificadas pela Administração como de baixo risco de crédito avaliadas por agências de *rating*.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Atualmente a Companhia opera substancialmente com capital próprio, mitigando assim os riscos de liquidez. A previsão do cronograma de aportes e fluxo de caixa é preparada pela Companhia, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades de caixa.

19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices de seguro para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros, a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado, dando-lhe um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices. Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe. Também, é contratado o seguro de Responsabilidade Civil Obras, que cobre qualquer reclamação de terceiros advinda de um sinistro, além de Responsabilidade Civil Cruzada, para maior segurança e conforto aos seus contratados e subcontratados. Outras coberturas que dão amparo à Companhia são as de Responsabilidade Civil Empregador e Poluição Súbita.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado em 31 de dezembro de 2022	Limite Máximo de Indenização Consolidado em 31 de dezembro de 2021
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais e Riscos de Engenharia	142.690	142.690
Outros	Outros seguros	-	-
Total		<u>142.690</u>	<u>142.690</u>

* * *